

Classe. Censo também revela que maior parte deles é responsável só por uma turma de alunos

Maioria de educadores leciona apenas em uma escola

É o que revela um estudo do Ministério da Educação (MEC), que traça o perfil do professor brasileiro

CARLA NASCIMENTO
cnascimento@redgazeta.com.br

Um estudo do Ministério da Educação derruba alguns dos principais mitos relacionados com o magistério. Ao contrário do que muitos pensam, a maioria dos professores trabalha em uma escola e é responsável por apenas uma turma de alunos.

O chamado Estudo exploratório sobre o professor brasileiro utiliza os resultados do Censo Escolar de 2007. Ele revela que um em cada três professores não tem curso superior. Dos 1,8 milhões de educadores da educação infantil, ensino fundamental e médio, 594 mil não têm diploma de nível superior e outros 127 mil são formados em áreas dife-

rentes da disciplina que lecionam. Os dados são nacionais.

Se fosse traçado um perfil de educador típico, seria uma mulher, de 30 anos, formada em Pedagogia, que daria aula de Língua Portuguesa, em apenas uma turma de aproximadamente 35 alunos, em uma escola.

ESPÍRITO SANTO

O perfil do professor no Espírito Santo não é muito diferente do observado no restante do país. Dos 36.167 professores da rede pública, 30,9 mil estão localizados na área urbana. A maior parte, 18 mil, se encontra na rede municipal de ensino. Outros 7,8 mil professores estão na rede estadual; e 5,6 mil, na rede privada.

Uma tendência que é contrariada é a área de formação. O estudo revela que, entre os graduados, no Estado, a maioria possui formação em Letras, Literatura ou Língua Portuguesa em vez de Pedagogia.

As informações foram im-

portantes para o lançamento do pacote de ações voltadas para os professores, hoje. "Esse cadastro permitiu um acompanhamento individualizado da formação de cada docente e da necessidade de formação complementar", explica o ministro da Educação, Fernando Haddad.

Estado quer estudo próprio sobre perfil

O governo estadual pretende fazer um estudo próprio sobre o perfil do professor de ensino médio, de acordo com o secretário estadual de Educação, Haroldo Corrêa Rocha. Os dados serão utilizados para identificar as qualidades e deficiências dos educadores da rede estadual, e poderão direcionar a aplicação de recursos.

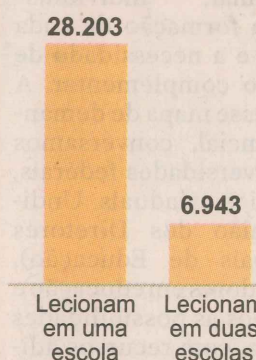
O perfil do professor da rede pública no Espírito Santo

No Estado, há 36.167 professores da Educação Básica (ensino infantil, fundamental e médio)

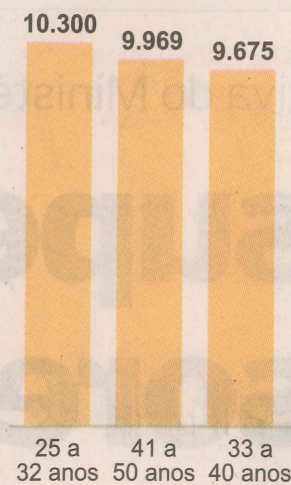
Sexo



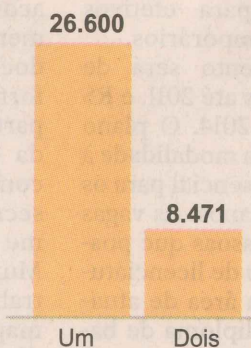
Atuação



Faixa etária



Turnos

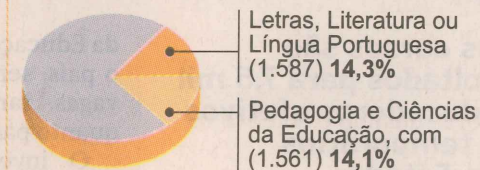


Turmas

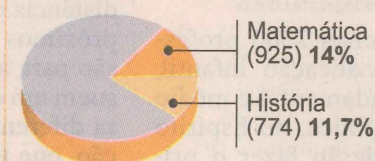


Formação

Professores de 5ª a 8ª série do ensino fundamental



Professores do ensino médio



Estudo exploratório sobre o professor brasileiro, com base no Censo Escolar de 2007

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

MEC quer criar nota de corte para barrar maus professores

Ainda será elaborado um projeto de lei com a proposta; se aprovado, passa a valer em 2010

Interessados em conseguir uma vaga em cursos de licenciatura terão que se esforçar ainda mais para passar no vestibular. O Ministério da Educação (MEC) quer criar uma nota de corte no Enem para esse tipo de graduação.

Segundo o ministro da Educação, Fernando Haddad, será

“São essas pessoas que vão educar nossas crianças e jovens. Então, eles não podem sair de um patamar muito aquém do mínimo necessário para sua formação. Com muita dificuldade, uma instituição de ensino vai conseguir, em quatro anos, suprir todas as deficiências que esse candidato teve ao longo da formação básica”, afirma.

Logo, se for fixada uma nota de ingresso, isso facilita a atividade da instituição formadora em atrair talentos para a carreira de magistério.

meça a substituir o vestibular em muitas universidades federais. Até a Ufes mudou as regras do processo seletivo, acabando com a tradicional primeira fase, para dar mais espaço ao Enem.

O exame, que tinha 63 questões, passou para 200, divididas em quatro áreas: línguas (incluindo redação); ciências humanas; ciências da natureza e matemática.

A prova acontece nos dias 3 e 4 de outubro. Os estudantes poderão usar a nota para participar do recém-criado vesti-

Segundo o ministro da Educação, Fernando Haddad, será criado um projeto de lei com a proposta. Se aprovado, ele deve ser implantado no próximo ano. A medida atingiria candidatos de universidades federais e de faculdades particulares.

De acordo com o ministro, é a licenciatura que forma educa-

mentos para a carreira de magistério.

Ele argumenta que as facilidades no Financiamento Estudantil, outra proposta anunciada hoje, devem atrair mais candidatos para a carreira de professor.

O Enem, a partir desse ano, passa por modificações e co-

pedirão usar a nota para participar do recém-criado vestibular unificado. Por meio dele, o candidato a uma vaga no ensino superior poderá concorrer a cinco cursos ou instituições diferentes, nas universidades que adotarem o Enem como única forma de ingresso. *(Carla Nascimento)*

Plano anterior não atingiu meta de qualificação

Ainda há educadores que precisam de formação, principalmente, nas áreas rurais

■ ■ O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica não é a primeira tentativa do governo federal de levar o curso superior a todos os professores do ensino público. O Plano Nacional de Educação (PNE), em versões anteriores, tinha o mesmo objetivo, mas não conseguiu atender a toda a demanda por formação da categoria.

Apesar disso, o Ministério da Educação alega que as metas es-

tipuladas para 2011 foram praticamente cumpridas, mas não resolvem o problema de qualificação como um todo. “Essa meta de formação era 70%, e está em 68%. Os dados se referem a 2007. Com quatro anos de antecedência, nós praticamente cumprimos a meta. Mas entendemos que é insuficiente”, ministro da Educação, Fernando Haddad.

Para o diretor pedagógico do Núcleo de Educação à Distância (Nead) da Ufes, Júlio Francelino Ferreira Filho, ainda há professores que precisam de formação, principalmente, nas áreas rurais. “Esses professores, sem curso superior, possuíam direitos adquiridos e mesmo os que

não conseguiram se formar não poderiam ser demitidos. Esse é um plano emergencial do governo para atender a essa demanda que ainda existe”.

Ele lembra ainda que o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, lançado hoje, visa a atender aos professores que não têm licenciatura nas áreas em que atuam. Além de ter professores graduados, o MEC quer atualizar a visão que os educadores têm do ensino. “Nesses cursos, já se fala em ecologia, multiculturalismo, diversidade étnica, são várias perspectivas modernas da educação”, apontou. *(Elisângela Bello e Carla Nascimento)*

Estado descarta concurso único

■ ■ O Estado não vai aderir à proposta de concurso único, defendida pelo governo federal. Ela prevê a criação de uma seleção nacional que serviria como banco de dados para a contratação na rede pública. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep) vai lançar uma matriz para a prova no segundo semestre deste ano. A previsão é que a seleção aconteça no primeiro semestre de 2010.

O secretário estadual de Educação, Haroldo Corrêa Rocha, já adiantou que não pretende aderir à iniciativa. “O MEC não pode substituir os Estados e municípios na aplicação de concursos. O governo

poderia criar uma espécie de certificação, para verificar a formação. Também seria importante produzir um banco de itens com critérios para serem usados em nossas seleções.”

O ministro da Educação, Fernando Haddad, defende a medida. “Seria uma prova, aplicada, nacionalmente, a licenciados que desejam ingressar na carreira, para os Estados que aderirem ao modelo. O compromisso do Estado é seguir a ordem de classificação e convocar pelo modelo”, afirmou. Segundo ele, com isso, é criada uma mobilidade do território para que sejam contratados os melhores profissionais para as redes de ensino, com base no desempenho dessa pro-

va de licenciados do país todo.

Outra medida anunciada hoje é que os cursos de Pedagogia passam a ter 70% da carga horária destinada à formação de professores. A exigência faz parte do novo instrumento de autorização dos cursos. A mudança acontecerá nas universidades federais e faculdades particulares. “Não podemos aplicar esses instrumentos para universidades estaduais e municipais”, diz.

O governo também vai encaminhar um projeto de lei alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ele prevê a obrigatoriedade do curso de licenciatura para os professores dos anos iniciais do ensino fundamental. *(Carla Nascimento)*